

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SISTEMA DE OPERAÇÃO, SINALIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E PLANEJAMENTO VIÁRIO E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À CUT, CNTT/CUT e FESTTT/CUT CNPJ-MF 66.662.297/0001-69

www.sindviarios.org.br

São Paulo, 04 de agosto de 2022.

Ilmo. Sr.

SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO
Rua Barão de Itapetininga nº 18 - Centro
Nesta.

URGENTE

REF.: <u>OFÍCIO CE SRH 017/22</u>

<u>PAGAMENTO DO PPR DOS EXERCÍCIOS 2020, 2021 E 2022</u>

Prezado Superintendente

Conforme de forma reiterada em ofício anterior desta entidade sindical após a realização do encontro ocorrido no mês de abril p.p. por via de vídeo-conferência denominada "LIVE", da qual participou o Secretário de Mobilidade e Trânsito da cidade de São Paulo Ricardo Teixeira e a direção do SINDVIÁRIOS, foi assegurado pelo sr. Secretário que a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, passaria a adotar as medidas necessárias para formalizar um acordo para promover a quitação da verba do Programa de Participação nos Resultados (PPR), previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, referente aos anos de 2020 e 2021.

Como fruto dos esforços para o cumprimento da promessa apresentada restou documentado o compromisso assumido pelo Secretário Ricardo Teixeira de que a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET estaria efetivando, caso aceito pelos trabalhos, o pagamento dos PPRs de 2022 e 2021 no valor correspondente a um PPR e meio, juntamente com as parcelas do PPR de 2022.

Conforme publicamente anunciado na vídeo-conferência pelo Secretário Ricardo Teixeira, os pagamentos seriam realizados através de parcelas que seriam quitadas no mês de julho/2022, agosto/2022, dezembro/2022 e fevereiro/2023.

Outrossim, é certo e documentado que na mesma oportunidade o Secretário não estabeleceu que haveria qualquer forma de restrição, limitação ou exclusão de trabalhadores ao pagamento do valor correspondente aos PPRs referentes aos anos de 2020 e 2021.

Destoando desta realidade foi recebido pela presidência do SINDVIÁRIOS o <u>ofício CE SRH 017/22</u> emitido pela CET-SP em 29/07/2022 no qual a



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SISTEMA DE OPERAÇÃO, SINALIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E PLANEJAMENTO VIÁRIO E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À CUT, CNTT/CUT e FESTTT/CUT CNPJ-MF 66.662.297/0001-69

www.sindviarios.org.br

empresa apresenta proposta para o pagamento do PPR divergente daquela que publicamente havia sido assumida e confirmada pelo Secretário Ricardo Teixeira.

Como primeiro ponto de divergência se localiza a indicação de: <u>"até 30/09/2022</u>" para a efetivação do pagamento da 2ª parcela do valor do PPR, quando o compromisso assumido publicamente pelo secretário havia sido de quitação da 2ª parcela no mês de agosto/2022.

Por não encontrar o período indicado de "até 30/09/2022" para pagamento da 2ª parcela do PPR qualquer amparo ou fundamento nas tratativas que foram negociadas pelo sr. Secretário, imperioso se mostra a necessidade de imediato esclarecimento por parte da CET-SP sobre a divergência ora denunciada.

Como segundo ponto de divergência em relação à proposta apresentada pelo sr. Secretário se encontra a indicação feita pelo ofício CE SRH 017/22 de que para o pagamento das parcelas 1 e 2 o adiantamento será feito somente aos empregados que se encontrarem ativos na data do fechamento da folha excluindo os empregados quiçá afastados ou que tenham sido desligados.

É certo, como documentado se encontra, que a condição apresentada pela empresa no ofício CE SRH 017/22 que excetua do pagamento do PPR os empregados afastados ou que tenham sido desligados até a data do fechamento da folha de pagamento não foi condição apresentada pelo sr. Secretário para o pagamento dos valores do PPR de 2020 e 2021.

Outrossim, ad argumentandum, a condição de afastamento indicada de forma genérica pela CET-SP é situação que desafia análise individual e perfunctória, que não autorizam a adoção da regra geral para o tratamento da questão.

Novamente, por mais este prisma de abordagem, se constata a inexistência de qualquer amparo ou fundamento para a fixação da pela empresa de condição que não fiz parte das tratativas que foram negociadas pelo sr. Secretário e o SINDVIÁRIOS.

Como terceiro ponto de divergência em relação à proposta apresentada pelo sr. Secretário se encontra a indicação feita pelo <u>ofício CE SRH 017/22</u> da necessidade de cumprimento de metas por parte dos trabalhadores para o recebimento do valor relativo ao acordo para quitação do PPR referente aos períodos de 202 e 2021.

Em primeiro, porque tal condição em nenhum momento foi fixada pelo sr. Secretário nas tratativas entabuladas entre a CET-SP e o SINDVIÁRIOS



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SISTEMA DE OPERAÇÃO, SINALIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E PLANEJAMENTO VIÁRIO E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À CUT, CNTT/CUT e FESTTT/CUT CNPJ-MF 66.662.297/0001-69

www.sindviarios.org.br

para a quitação aos trabalhadores da respectiva verba. Por consequência, não pode a CET-SP, unilateralmente e injustificadamente, modificar condições avençadas e aperfeiçoadas entre o sr. Secretário Ricardo Teixeira e o SINDVIÁRIOS.

Em segundo, porque nos exercício de 2020 e 2021 destaca-se inexistiram metas formalmente avençadas e estabelecidas pelas partes para serem alcançadas pelos trabalhadores que autorizem neste momento a exigência de contraprestação por parte dos trabalhadores para o recebimento da respectiva verba referente ao período.

Por mais uma vez se constata a inexistência de fundamento para a fixação da pela empresa de condição para o pagamento do acordo sobre o PPR que não fez parte das tratativas que foram avençadas pelo sr. Secretário e o SINDVIÁRIOS.

Desta forma tem a presente o fim de <u>NOTIFICAR</u> Vossa Senhoria para que no prazo de <u>24 (vinte e quatro) horas</u> indique ao SINDVIÁRIOS, de forma expressa, as justificativas existentes para as divergências que foram apontadas nesta comunicação.

O prazo mínimo concedido é fruto do fato de que a categoria dos trabalhadores possui assembléia marcada para ocorrer nos próximos dias e necessita da resposta desta empresa para analisar e decidir sobre a proposta encaminhada que poderá ser aprovada ou recusada quanto maior ou menor for a transparência das condições apresentadas.

Atenciosamente.

RENO ALE

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Sistema de Operação, Sinalização, Fiscalização, Manutenção e Planejamento Viário e Urbano do Estado de São Paulo.

ORIGINAL ASSINADO

BENEDITO SILVA
Diretor Jurídico
ORIGINAL ASSINADO